



## Fitoterápicos e plantas medicinais: segurança e implicações da automedicação

Phytotherapeutics and medicinal plants: safety and implications of self-medication

Fitoterápicos y plantas medicinales: seguridad e implicaciones de la automedicación

Henrico Rabelo Mançano<sup>1</sup>; Luis Felipe Silva Alves<sup>2</sup>; Nathally Claudiane de Souza Santos<sup>3</sup>; Maria Clara Splendor<sup>4</sup>

### RESUMO

A utilização de plantas medicinais é uma prática antiga que evoluiu desde o uso por animais até seu reconhecimento como terapia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1978. No Brasil, a inclusão da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) permitiu tratamentos naturais. As plantas medicinais contêm substâncias químicas ativas que podem causar efeitos adversos graves. Este trabalho examina a evolução das plantas medicinais no Brasil, desde práticas ancestrais ao reconhecimento pela OMS e sua incorporação ao SUS. O objetivo é identificar os benefícios e riscos dos fitoterápicos, sublinhando a importância da regulamentação para garantir qualidade e segurança. Durante a pandemia de COVID-19, o uso indiscriminado de fitoterápicos aumentou, reforçando a necessidade de regulamentação para prevenir reações adversas e interações perigosas. Para garantir segurança, o Brasil implementou programas que promovem regulamentação e uso sustentável da biodiversidade. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) regula o registro e a comercialização desses produtos, assegurando qualidade. A metodologia inclui revisão bibliográfica em bases como Scielo, PubMed e Google Acadêmico. O uso de plantas medicinais exige cautela. A regulamentação e a orientação profissional são essenciais para garantir o uso seguro e eficaz, evitando riscos à saúde e promovendo o bem-estar dos pacientes.

**Palavras-chave:** Automedicação, fitoterápicos, plantas medicinais, farmacêutico e Legislação fitoterápica.

### ABSTRACT

The use of medicinal plants is an ancient practice that has evolved from animal use to recognition as a therapy by the World Health Organization (WHO) in 1978. In Brazil, the inclusion of herbal medicine in the Unified Health System (SUS) enabled natural treatments. Medicinal plants contain active chemical substances that may cause severe adverse effects. This study examines the evolution of medicinal plant use in Brazil, from ancestral practices to recognition by the WHO and incorporation into SUS. The objective is to identify the benefits and risks of herbal medicines, emphasizing the importance of regulation to ensure quality and safety. During the COVID-19 pandemic, the indiscriminate use of herbal medicines increased, reinforcing the need for regulation to prevent adverse reactions and dangerous interactions. To ensure safety, Brazil implemented programs promoting regulation and the sustainable use of biodiversity. The National Health Surveillance Agency (ANVISA) regulates the registration and commercialization of these products, ensuring quality. The methodology includes a bibliographic review of databases such as Scielo, PubMed, and Google Scholar. The use of medicinal plants requires caution. Regulation and professional guidance are essential to ensure safe and effective use, avoiding health risks and promoting patient well-being.

<sup>1</sup> Graduando(a) do Curso de Farmácia do Centro Universitário UniFatecie, [henithio10@gmail.com](mailto:henithio10@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando(a) do Curso de Farmácia do Centro Universitário UniFatecie, [lfelipe100r@gmail.com](mailto:lfelipe100r@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora; Coordenadora do Curso Farmácia do Centro Universitário UniFatecie, [nathally.santos@fatecie.edu.br](mailto:nathally.santos@fatecie.edu.br).

<sup>4</sup> Doutora; Professora Orientadora do Curso de Farmácia do Centro Universitário UniFatecie, [mariacларsplendor@gmail.com](mailto:mariacларsplendor@gmail.com)



**Keywords:** Self-medication, Phytotherapeutics, Medicinal Plants, Pharmacist, and Phytotherapeutic Legislation.

## RESUMEN

El uso de plantas medicinales es una práctica antigua que ha evolucionado desde el uso por parte de animales hasta su reconocimiento como terapia por la Organización Mundial de la Salud (OMS) en 1978. En Brasil, la inclusión de la fitoterapia en el Sistema Único de Salud (SUS) permitió tratamientos naturales. Las plantas medicinales contienen sustancias químicas activas que pueden provocar efectos adversos graves. Este trabajo examina la evolución del uso de plantas medicinales en Brasil, desde prácticas ancestrales hasta su reconocimiento por la OMS y su incorporación al SUS. El objetivo es identificar los beneficios y riesgos de los fitoterápicos, subrayando la importancia de la regulación para garantizar calidad y seguridad. Durante la pandemia de COVID-19, el uso indiscriminado de fitoterápicos aumentó, destacando la necesidad de regulación para prevenir reacciones adversas e interacciones peligrosas. Para garantizar seguridad, Brasil implementó programas que promueven la regulación y el uso sostenible de la biodiversidad. La Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria (ANVISA) regula el registro y la comercialización de estos productos, asegurando su calidad. La metodología incluye una revisión bibliográfica en bases como Scielo, PubMed y Google Académico. El uso de plantas medicinales requiere precaución. La regulación y la orientación profesional son esenciales para garantizar un uso seguro y eficaz, evitando riesgos para la salud y promoviendo el bienestar de los pacientes.

**Palabras clave:** Automedicación, fitoterápicos, plantas medicinales, farmacéutico y Legislación fitoterápica.

## INTRODUÇÃO

A sociedade humana acumula conhecimento a partir da troca direta de informações com o meio em que vive, garantindo suas necessidades básicas de sobrevivência, e não diferente disso, as plantas passaram de geração em geração, sendo utilizadas como forma de medicamento (Argenta, 2011). Com o tempo, surgiram técnicas e informações necessárias para que o uso das plantas medicinais ocorra de maneira eficaz, como apontado em grandes estudos sobre plantas medicinais (Tavares, 2018).

Com o desenvolvimento da química, substâncias isoladas deram origem a medicamentos sintéticos, o que substituiu, em parte, o uso das plantas medicinais (Figueredo *et al.*, 2014). No entanto, apesar de uma redução temporária no uso dessas plantas com o crescimento da indústria farmacêutica, nos últimos anos, houve uma retomada dessa prática, impulsionada pelo reconhecimento das limitações dos medicamentos convencionais e dos efeitos adversos a eles associados. Isso levou os pacientes a buscarem abordagens mais holísticas e menos agressivas, utilizando plantas em sua forma natural ou em preparações, sem isolar seus constituintes ativos, para fins terapêuticos (Soares *et al.*, 2020).

Em 2006, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que incluiu a fitoterapia como uma das opções disponíveis para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na Atenção Primária à Saúde (APS). Posteriormente, foi estabelecida a Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUS), que buscou garantir o acesso a essas terapias. Entretanto, muitos gestores municipais relataram resistência dentro das administrações públicas e uma aceitação limitada por parte dos profissionais de saúde da APS. (Mattos *et al.*, 2016).

A aplicação de plantas medicinais no Brasil é favorecida por fatores como a rica diversidade vegetal e o baixo custo associado à terapêutica (lanck *et al.*, 2017). Contudo, é essencial que os serviços de atenção primária assegurem o acesso aos produtos naturais e disponham de profissionais capacitados para fornecer orientações adequadas sobre sua utilização (Zeni *et al.*, 2017).

Para que o emprego das plantas medicinais seja eficaz, cinco princípios básicos devem ser observados: o diagnóstico correto da doença; o conhecimento apropriado do uso da planta de maior eficácia; o emprego da planta na forma mais apropriada à doença; o manejo correto das doses e o tempo de



tratamento; e o domínio sobre o cultivo, colheita, secagem, armazenamento e preparo dos remédios. Para evitar problemas decorrentes do manejo inadequado, recomenda-se o uso de plantas medicinais na forma de cápsulas, comprimidos ou tinturas fitoterápicas (Tavares, 2018). Entretanto, com o avanço da tecnologia, a disseminação de informações tornou-se ainda mais perigosa, devido à propagação de notícias falsas (fake news). Essas informações incorretas podem interferir no consumo inadequado de medicamentos. De acordo com a Fiocruz (2020), “um dos motivos que fazem as fake news relacionadas à saúde serem tão perigosas é o impacto direto que elas trazem à vida das pessoas”.

Uso de medicamentos sem prescrição é uma prática comum, definida pela iniciativa do indivíduo em utilizar produtos que acredita serem eficazes para o tratamento de doenças ou alívio de sintomas. Contudo, essa prática pode acarretar sérios riscos, como efeitos indesejáveis, doenças iatrogênicas ou até o mascaramento de condições graves. Esses riscos estão diretamente ligados ao nível de informação dos usuários sobre o uso correto de medicamentos e à facilidade de acesso ao sistema de saúde (Arrais *et al.*, 2016). A formação acadêmica do farmacêutico abrange tanto o estudo das plantas medicinais quanto o cuidado clínico, permitindo a esse profissional atuar em várias etapas da cadeia produtiva e do uso de fitoterápicos. Além da análise e identificação de plantas medicinais, a formação inclui a manipulação, produção e controle de qualidade das formas farmacêuticas, além de serviços clínicos, como acompanhamento farmacoterapêutico, dispensação, educação em saúde e manejo de problemas de saúde autolimitados (Soares *et al.*, 2020).

Por fim, a implementação de estratégias que abordem o uso racional, a farmacovigilância e o acompanhamento de pacientes que utilizam plantas medicinais e fitoterápicos é uma questão emergente e de relevância social significativa no contexto brasileiro (Soares *et al.*, 2020). Essa abordagem pode não apenas garantir a segurança do paciente, mas também promover a conscientização sobre o uso responsável desses produtos, considerando a diversidade cultural e as práticas tradicionais de saúde que permeiam a sociedade brasileira.

O intuito deste estudo é analisar os benefícios e riscos associados ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos, sublinhando a importância da regulamentação e da orientação profissional como pilares essenciais para garantir a qualidade, a segurança e o uso eficaz dessas terapias, ao mesmo tempo em que respeita as práticas tradicionais e promove o bem-estar dos pacientes.

## MATERIAL E MÉTODOS

Neste artigo de revisão, detalhamos a metodologia utilizada para realizar uma revisão bibliográfica sobre automedicação com fitoterápicos e plantas medicinais na contemporaneidade. O processo foi conduzido em etapas distintas, iniciando-se pela seleção cuidadosa das fontes de informação. Para isso, realizamos uma busca extensa em diversas bases de dados acadêmicas, como Scielo, PubMed, Google Acadêmico, além de bibliotecas digitais e catálogos de revistas científicas. A escolha das palavras-chave foi fundamental, utilizando termos como automedicação, fitoterápicos, plantas medicinais e farmacêutico para localizar as fontes mais relevantes ao nosso campo de pesquisa. Estabelecemos critérios rigorosos de inclusão e exclusão a fim de garantir a qualidade e pertinência das fontes. Foram selecionadas apenas as publicações diretamente relacionadas ao tema, publicadas nos últimos 15 anos, e baseadas em pesquisas empíricas, revisões sistemáticas ou análises aprofundadas.

Cada fonte foi submetida a uma análise crítica com o objetivo de identificar informações essenciais, conclusões e principais argumentos. Durante essa análise, concentramos nossos esforços em detectar lacunas nas pesquisas, ressaltando áreas que necessitam de investigação adicional ou onde ocorreram divergências entre as fontes. Todas as informações foram contextualizadas no quadro teórico da sustentabilidade urbana, estabelecendo conexões com teorias e conceitos previamente definidos.

A revisão bibliográfica foi organizada conforme as normas acadêmicas, com uma estrutura composta por introdução, desenvolvimento temático e conclusão, o que proporcionou uma apresentação clara e coesa



do conteúdo revisado. Além disso, o resumo expandido foi revisado minuciosamente, assegurando a clareza, coesão e precisão do texto, favorecendo uma compreensão mais ampla e acessível do material. As fontes citadas seguiram o formato de citação ABNT, e todas as referências foram incluídas na lista final, garantindo a transparência e a rastreabilidade do trabalho. A aplicação dessa metodologia rigorosa de revisão bibliográfica possibilitou uma análise crítica e abrangente da pesquisa sobre automedicação com fitoterápicos e plantas medicinais, sendo que todas as etapas descritas foram fundamentais para assegurar a qualidade e confiabilidade do processo revisional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização de plantas para fins humanos é uma prática ancestral, que remonta a tempos antigos, abrangendo desde o uso de substâncias tóxicas até a aplicação em tratamentos curativos, comumente referidas como Plantas Medicinais. A base dessa prática está, em parte, na observação de comportamentos de outras espécies animais, que frequentemente consomem plantas como resposta a ferimentos e doenças (Patrício *et al.*, 2022). Essa conexão entre a natureza e o comportamento animal ressalta a sabedoria intuitiva que levou à exploração das propriedades curativas das plantas.

O reconhecimento das plantas medicinais como recursos terapêuticos alcançou um marco significativo em 1978, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) oficialmente reconheceu a eficácia dessas plantas e dos medicamentos fitoterápicos. Essa mudança de paradigma ocorreu por meio da Declaração de Alma-Ata, um documento gerado durante uma conferência internacional que reuniu diversos países em torno do compromisso de fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS). A declaração validou as propriedades terapêuticas, preventivas e paliativas das plantas medicinais, destacando seu potencial na promoção da saúde pública (Ibiapina *et al.*, 2014).

No Brasil, essa discussão ganhou destaque em 1986, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que resultou na inclusão das terapias alternativas, como a fitoterapia, no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa inclusão representou um avanço significativo, permitindo que os pacientes escolhessem terapias que melhor atendessem às suas necessidades e promovendo um acesso mais democrático a tratamentos alternativos (Ibiapina *et al.*, 2014). Contudo, apesar de sua popularidade, muitos ainda acreditam que as plantas medicinais são isentas de riscos, uma percepção equivocada que pode levar a consequências adversas. Segundo Braga (2011), é fundamental reconhecer que, embora as plantas sejam de origem natural, elas contêm componentes químicos que podem resultar em efeitos variados, desde benefícios terapêuticos até reações adversas graves.

As substâncias farmacologicamente ativas presentes nas plantas medicinais incluem alcaloides, mucilagens, flavonoides, taninos e óleos essenciais, cada uma com suas características e efeitos no organismo. Por exemplo, os alcaloides atuam no sistema nervoso central e podem ter efeitos calmantes, anestésicos ou analgésicos. Já as mucilagens são reconhecidas por suas propriedades cicatrizantes e laxativas, enquanto os flavonoides apresentam funções anti-inflamatórias e hepatoprotetoras. Os taninos têm uma ação adstringente e antimicrobiana, e os óleos essenciais são conhecidos por suas atividades bactericidas, cicatrizantes e relaxantes (Amazonas e Figueiredo, 2021). Esse conhecimento sobre as propriedades das plantas reforça a necessidade de uma utilização cautelosa e informada.

Para promover o uso seguro de plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde, o Brasil desenvolveu o programa Farmácia Viva, que visa garantir o acesso seguro a medicamentos fitoterápicos no SUS. Este programa não apenas proporciona orientação sobre o cultivo e preparo das plantas, mas também integra o conhecimento popular com evidências científicas por meio de hortas medicinais certificadas (Patrício *et al.*, 2022). Essa integração é fundamental para garantir que as práticas de saúde reflitam tanto a sabedoria tradicional quanto as descobertas científicas contemporâneas.

A promoção de Práticas Integrativas e Complementares (PIC) é crucial para resgatar o conhecimento popular e incentivar o autocuidado e a sustentabilidade dentro do sistema de saúde. Nesse contexto, as



plantas medicinais desempenham um papel importante, promovendo a educação ambiental e incentivando práticas que favoreçam o bem-estar (Figueredo *et al.*, 2014). A rica biodiversidade brasileira, especialmente a Mata Atlântica, é um recurso valioso nesse sentido, uma vez que abriga uma variedade imensa de plantas medicinais, facilitando a implementação de projetos de educação em saúde voltados para os usuários do SUS (Tribess *et al.*, 2015). De acordo com a OMS, aproximadamente 80% da população mundial utiliza fitoterapia para tratar e prevenir doenças, com estimativas de que cerca de 25.000 espécies de plantas sejam utilizadas para esses fins, muitas delas oriundas de práticas tradicionais e saberes de comunidades indígenas (Amazonas e Figueiredo, 2021).

A capacitação profissional é essencial para assegurar o uso seguro e eficaz de plantas medicinais, aumentando a confiança na aplicação terapêutica. Os serviços farmacêuticos e a farmácia clínica desempenham um papel crítico nesse processo, oferecendo acompanhamento farmacoterapêutico e promovendo a saúde, onde os farmacêuticos têm a responsabilidade de orientar sobre o uso responsável de medicamentos, incluindo fitoterápicos (Figueredo *et al.*, 2014). Durante a pandemia da COVID-19, essa função tornou-se ainda mais evidente, à medida que se observou um aumento do uso inadequado de fitoterápicos, muitas vezes impulsionado por desinformação (Lima *et al.*, 2020).

A disseminação de informações errôneas nas mídias sociais e televisivas sobre possíveis tratamentos durante a pandemia resultou no uso indiscriminado de medicamentos e plantas medicinais. A crença de que substâncias naturais são sempre seguras aumentou os riscos à saúde, sublinhando a necessidade urgente de regulamentação e monitoramento adequados (Lima *et al.*, 2020). A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), implementada pelo Ministério da Saúde do Brasil, representa um marco significativo na promoção do uso seguro e eficaz de produtos à base de plantas. Essa política reflete a crescente valorização da fitoterapia no contexto da saúde pública, buscando garantir o acesso seguro e o uso racional desses produtos. O programa visa aprimorar o marco regulatório da cadeia produtiva, estimular a pesquisa e inovação, e capacitar profissionais, além de promover a inserção de fitoterápicos no SUS, reconhecendo e valorizando práticas populares de uso medicinal (Ministério da Saúde, 2016).

Para alcançar esses objetivos, a PNPMF enfatiza a importância do uso sustentável da biodiversidade e da inclusão da agricultura familiar nas cadeias produtivas, visando fortalecer a indústria farmacêutica nacional. As iniciativas propostas buscam promover uma abordagem holística que assegure não apenas a segurança e eficácia dos fitoterápicos, mas também valorize o conhecimento tradicional e contribua para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil (Ministério da Saúde, 2016). A Resolução nº 477, de 28 de maio de 2008, do Conselho Federal de Farmácia (CFF), estabelece diretrizes para o registro, fabricação, comercialização e dispensação de fitoterápicos no Brasil. Essa norma visa garantir a segurança, eficácia e qualidade dos produtos, exigindo que todos os fitoterápicos sejam registrados na ANVISA e seguindo critérios rigorosos de boas práticas de fabricação e controle de qualidade. Além disso, a resolução destaca a formação contínua dos farmacêuticos, assegurando que estes possam orientar os pacientes sobre o uso adequado dos fitoterápicos e suas possíveis interações com outros medicamentos. A importância do monitoramento pós-comercialização também é abordada, com o intuito de identificar e analisar efeitos adversos, promovendo, assim, um uso seguro e eficaz da fitoterapia no contexto da saúde pública (Conselho Federal de Farmácia, 2008).

De acordo com Campos e colaboradores (2016), as reações adversas associadas ao uso de medicamentos à base de plantas podem ser classificadas em duas categorias: intrínsecas e extrínsecas. As reações intrínsecas estão relacionadas à composição química da planta e podem causar efeitos adversos como reações alérgicas e anafiláticas, observadas frequentemente em pacientes que utilizam produtos como *Echinacea purpurea*. Por outro lado, as reações extrínsecas resultam de problemas no processo de fabricação, como contaminação, adulteração ou falta de padronização. A coleta inadequada e o armazenamento das plantas podem resultar na presença de contaminantes tóxicos ou no uso de partes inadequadas da planta, o que representa sérios riscos à saúde. Exemplos de contaminação incluem a detecção de enterobactérias em amostras de plantas medicinais, bem como o uso incorreto de ingredientes,



como chás que contêm alcaloides de beladona. A combinação de medicamentos à base de plantas com produtos farmacêuticos pode não apenas potencializar os efeitos, mas também aumentar o risco de complicações e interações perigosas (Campos *et al.*, 2016). A falta de informações adequadas sobre o uso seguro e a qualidade desses medicamentos sublinha a necessidade de regulamentação e conscientização para assegurar a segurança no uso de medicamentos à base de plantas (Silveira *et al.*, 2008).

Os farmacêuticos têm um papel vital na promoção da segurança no uso de medicamentos, incluindo os fitoterápicos, através de seu conhecimento especializado em farmacologia e toxicologia. Além disso, eles podem colaborar na pesquisa, contribuindo para a validação de métodos de extração, padronização e controle de qualidade das substâncias utilizadas, assegurando que os pacientes tenham acesso a tratamentos seguros e eficazes (Lima *et al.*, 2020). Por meio de sua formação e habilidades, os farmacêuticos são essenciais para integrar a fitoterapia na prática clínica, ajudando a construir uma abordagem de saúde mais holística e fundamentada em evidências, que valoriza tanto a medicina tradicional quanto os avanços científicos contemporâneos (Figueredo *et al.*, 2014).

Dessa forma, é fundamental dar continuidade à pesquisa e à educação sobre o uso seguro de fitoterápicos e plantas medicinais, promovendo uma compreensão abrangente de seus benefícios e riscos. É essencial garantir que as práticas de saúde sejam fundamentadas em evidências sólidas, respeitando também o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos anos. Nesse contexto, o papel do farmacêutico é particularmente relevante. Ele atua como um elo entre a ciência e a comunidade, sendo responsável pela orientação sobre o uso correto de fitoterápicos, monitorando interações e efeitos adversos, e educando os pacientes sobre as melhores práticas. Assim, investir na capacitação contínua dos farmacêuticos e fomentar a colaboração entre profissionais da saúde, pesquisadores e comunidades é crucial para maximizar os benefícios dos fitoterápicos e garantir que seu uso contribua efetivamente para a promoção da saúde e do bem-estar da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de plantas medicinais é uma prática amplamente reconhecida e promovida em todo o mundo, e no Brasil, a inclusão da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) destaca ainda mais seu papel essencial na saúde pública. No entanto, é fundamental ter em mente que, apesar de sua origem natural, as plantas medicinais podem provocar efeitos adversos devido à presença de compostos químicos potentes em sua composição. Embora o Brasil seja abençoado por uma rica biodiversidade e um vasto conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais, é necessário compreender que esse uso pode acarretar riscos. Os componentes ativos, como alcaloides, flavonoides e óleos essenciais, podem apresentar uma gama de efeitos farmacológicos, que variam desde benefícios terapêuticos significativos até reações adversas potencialmente graves.

Iniciativas como o Programa Farmácia Viva e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos desempenham um papel crucial na promoção da segurança, eficácia e sustentabilidade do uso dessas substâncias no SUS. Além disso, essas políticas ajudam a valorizar o conhecimento tradicional e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A capacitação contínua dos profissionais de saúde, aliada à conscientização da população, é vital para assegurar o uso racional e seguro das plantas medicinais, mitigando riscos e potencializando seus benefícios. Portanto, a colaboração entre profissionais de saúde, pesquisadores e comunidades, junto ao fortalecimento de políticas públicas voltadas para a fitoterapia, é fundamental para que o uso de plantas medicinais contribua efetivamente para a promoção da saúde e do bem-estar da população.

## AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO



Agradecemos aos nossos professores do curso de Farmácia da Unifatecie pela orientação e apoio ao longo deste trabalho. Nosso agradecimento também à CONPEX pelo auxílio financeiro, que foi fundamental para a realização da pesquisa e participação em eventos acadêmicos, contribuindo significativamente para o nosso desenvolvimento acadêmico e profissional.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS, LARISA FERREIRA; FIGUEIREDO, ERICK FROTA GOMES. Uma revisão sobre o uso de plantas medicinais como tratamento da COVID-19 e a importância do profissional farmacêutico no estado do Amazonas. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e406101523451, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.23451. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23451>. Acesso em: 1 out. 2024.

ARGENTA, Scheila Crestanello. PLANTAS MEDICINAIS: CULTURA POPULAR VERSUS CIÊNCIA. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI ISSN 1809-1636**, [s. l.], 1 maio 2011. Disponível em: <https://www.ufpb.br/nepfh/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantas-medicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado; et al. Prevalência de automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, n. supl. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.2016050006117>. Acesso em: 4 out. 2024.

BRAGA, Carla de Moraes. **Histórico da utilização de plantas medicinais**. 2011. Monografia (Curso de Licenciatura em Biologia a Distância). Universidade de Brasília. 2011.

CAMPOS, S.C.; et al. Toxicidade de espécies vegetais. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 18, n. 1, supl. 1, 2016, p. 373–382. DOI: [https://doi.org/10.1590/1983-084x/15\\_057](https://doi.org/10.1590/1983-084x/15_057). Acesso em: 4 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Lérida Maria dos Santos Vieira (Secretária-Geral – CFF). **Resolução nº 477, 28 de maio de 2008**. [S. l.], 28 maio 2008. Disponível em: [https://www.cff.org.br/userfiles/17%20-%20BRASIL\\_%20CONSELHO%20FEDERAL%20DE%20FARM%C3%81CIA%202008%20Resolucao\\_477\\_2008\\_CFF.pdf](https://www.cff.org.br/userfiles/17%20-%20BRASIL_%20CONSELHO%20FEDERAL%20DE%20FARM%C3%81CIA%202008%20Resolucao_477_2008_CFF.pdf). Acesso em: 5 out. 2024.

FIGUEREDO, Climério Avelino de *et al.* A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: Construção, perspectivas e desafios. **Revista de Saúde Coletiva**, [S. l.], p. 380-400, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/fzMtXMF6QwLVHLk8nzxdFdM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2024.

FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. As relações da saúde pública com a imprensa: **Fake News e Saúde**. Ministério da Saúde, [S. l.], 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Fake%20news%20e%20sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

IANCK, MELISSA A. et al. **Conhecimento e uso de plantas medicinais por usuários de unidades básicas de saúde na região de Colombo-PR**. *Revista Saúde e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 11, n. 8, p. 29-30, Ago. 2017.

IBIAPINA, Waléria Viana *et al.* INSERÇÃO DA FITOTERAPIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA AOS USUÁRIOS DO SUS. **Revista de Ciências e Saúde Nova Esperança**, [S. l.], p. 60-70, 2014. Disponível em: <https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/449/340>. Acesso em: 27 set. 2024.

LIMA, William Gustavo *et al.* 42Braz. J. H. Pharm. 2020, v. 2, n. 3. Uso irracional de medicamentos e plantas medicinais contra a COVID-19 (SARS-CoV-2): Um problema emergente. **Brazilian journal of Health and Pharmacy**, [S. l.], p. 42-58, 25 set. 2020. Disponível em: <https://bjhp.crfmg.org.br/crfmg/article/view/102/66>. Acesso em: 27 set. 2024.



MATTOS, Gerson; et al. **Plantas medicinais e fitoterápicos na atenção primária em saúde: percepção dos profissionais**. 2018. Disponível em: [www.scielosp.org/article/csc/2018.v23n11/3735-3744/](http://www.scielosp.org/article/csc/2018.v23n11/3735-3744/). Acesso em: 4 out. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. [S. l.], p. 1-192. 2016. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_programa\\_nacional\\_plantas\\_medicinais\\_fitoterapicos.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapicos.pdf). Acesso em: 5 out. 2024.

PATRÍCIO, Karina Pavão *et al.* Uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, *Ciência & Saúde Coletiva*, p. 677-686, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wzC3GWydBNNhpTX9kNWFgdk/?lang=en#>. Acesso em: 27 set. 2024.

SOARES, JÉSSICA ALINE SILVA et al. **Potencialidades da prática da atenção farmacêutica no uso de fitoterápicos e plantas medicinais**. *Journal Of Applied Pharmaceutical Sciences*. Minas Gerais, p. 10-21, 2020.

TAVARES, José Caetano. **Plantas Medicinais: Uso, Orientações e Precauções**. 3. ed. [S. l.]: Thieme Brasil, 2018.

ZENI, ANA LÚCIA BERTARELLO et al. **Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 2703-2712, 2017.